

# AMPLO ACESSO ÀS PUBLICAÇÕES CIENTÍFICAS

A dura perseguição às copiadoras de livros e publicações científicas, desencadeada pela polícia a pedido da indústria editorial (representada pela Associação Brasileira de Direitos Reprográficos, ABDR), provoca a indagação levantada pelos professores Pablo Ortellado e Jorge Alberto Machado em artigo publicado nesta edição: como a universidade deve lidar com a questão dos direitos autorais?

Os autores desconstróem pacientemente certos mitos construídos ao longo do tempo. Após historiar a evolução do direito autoral e sua relação com a indústria editorial, chamam a atenção do leitor para fatos singelos, a saber: 1) ao contrário do alegado pela ABDR, não há prova de que a prática do “xerocar” tenha trazido prejuízo à indústria editorial: esta, ao contrário, consolidou-se e expandiu-se; 2) a maior parte das edições de livros procuradas pelos estudantes universitários encontra-se esgotada: “Todas as grandes editoras têm um enorme acervo de livros esgotados”.

Ortellado e Machado constatam que, apesar das facilidades criadas pelo advento das tecnologias digitais, “inúmeras barreiras continuam impedindo estudantes e cientistas de ter livre acesso à informação científica”, e que “a maior parte dessas barreiras tem origem no velho modelo de difusão da informação científica baseado no papel histórico das editoras”.

Ponto alto do artigo é a demonstração de que, como o investimento público sustenta praticamente todas as fases do processo de produção de textos acadêmicos, da pesquisa à publicação, as editoras de livros e revistas científicas lucram enormemente com eles, exercendo ainda a propriedade intelectual dos artigos e as políticas de acesso às publicações.

A saída para a situação dependerá, cada vez mais, de iniciativas como o movimento Acesso Aberto, que garante a liberdade de cópia para fins não comerciais, e de políticas de financiamento público de periódicos científicos comprometidos com esse tipo de contrapartida. Um excelente desafio para aqueles que desejam nadar contra a corrente, nesses tempos de hegemonia neoliberal.

## **Tudo como dantes?**

Decorridos dois anos, a decisão do Conselho Universitário da USP tornou-se letra morta. Referimo-nos à exigência, aprovada pelo CO em 2004, de que novas contratações de docentes ocorram exclusivamente por meio de concurso público. O repórter Daniel Hora constatou que mais de 1.000 docentes da USP — cerca de 20% do seu corpo docente — seguem como “precários”, embora muitos deles tenham o tempo de casa necessário para inscrever-se nos programas de efetivação criados pela Reitoria. No caso da novíssima Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH, ou USP Leste) a situação é chocante: 90% dos docentes pertencentes a seu quadro atual foram contratados por processo seletivo, sem as garantias do concurso público.

## **Apoio rentável**

A segunda parte do *Dossiê Fundações 2* traz duas reportagens sobre fundações privadas, ditas de apoio a unidades da USP, que têm em comum o fato de se dedicarem a cursos pagos, mas diferenciam-se na curva das receitas auferidas nos últimos anos.

A Fundação Vanzolini, que cresceu à sombra do Departamento de Engenharia de Produção da Escola Politécnica, não só alugou parte de um prédio na Avenida Paulista para ministrar seus MBAs como ascendeu ao restrito time de fundações que arrecadam mais de R\$ 40 milhões por ano. A Fipecafi, que controla o Departamento de Contabilidade e Atuária da Faculdade de Economia e Administração, vive uma fase de declínio nos ganhos, porém prossegue adquirindo imóveis. Como sua congênere FIA, a Fipecafi obteve no MEC credenciamento especial para oferecer cursos de pós-graduação *lato sensu* por conta própria, criando assim condições para mais cedo ou mais tarde, quem sabe, emancipar-se da USP.

Um artigo da advogada Lara Lorena examina, em detalhe, a questão das fundações sob o prisma jurídico. Trata-se de leitura indispensável para aqueles que ainda não se deram conta do cipoal de ilegalidades praticadas por entidades privadas ditas de apoio.